

## ELEMENTOS PARA UMA NOVA ABORDAGEM DA ESCRITURA AUTOBIOGRÁFICA

---

Helmut Galle

**RESUMO:** O presente artigo pretende esboçar vários aportes teóricos que permitem entender o fenômeno da autobiografia para mais além das dúvidas surgidas no século XX, e que colocam em questão os conceitos fundamentais da escritura autobiográfica: a representação lingüística, o sujeito autônomo, a vida íntegra. Estes aportes abarcam novas teorias da linguagem, do mundo de vida ("Lebenswelt"), da psicologia narrativa e da crítica literária. Enquanto a narração da vida é considerada principalmente uma função básica e universal, cuja necessidade se faz cada vez mais perceptível com o avanço da modernidade, a autobiografia literária transforma-se em conformidade com o pensamento da época em que foi escrita e responde às dúvidas surgidas apresentando novas técnicas narrativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autobiografia, Pragmatismo, Teoria da recepção, Representação, Sujeito

As dificuldades atuais enfrentadas pela teoria da autobiografia podem ser separadas em dois complexos: o primeiro, resultante das dúvidas levantadas no pós-estruturalismo; e o segundo, da grande diversidade das manifestações autobiográficas na literatura contemporânea. Indubitavelmente, há uma intercomunicação entre ambos os complexos, já que a formação desta teoria é, até certo ponto, orientada pelos exemplos empíricos, e já que muitos autores refletem a filosofia de sua época em sua produção literária. Para abordar o tema, não obstante, parece-me útil tratar

primeiramente das questões principais e teóricas e, num segundo momento, dos fenômenos literários.

A possibilidade principal estipulada pela escritura autobiográfica, *id est*, que uma pessoa escreve sobre sua própria vida, pode ser desmentida em cada um dos três elementos que formam o nome e que representam, segundo seu primeiro historiador, Georg Misch, a definição básica do gênero autobiográfico (MISCH, 1949, p. 7). As dúvidas envolvem: 1) a *grafia* como meio lingüístico de representação; 2) o *auto*, prefixo que indica a identidade de um sujeito consigo mesmo, ou seja, uma instância coerente e inteira; e 3) o *bios*, a "vida" como algo que possui existência real fora da escritura.

### REPRESENTAÇÃO LINGÜÍSTICA

---

No tocante à questão da representação lingüística, vale dizer que a escritura autobiográfica, na medida em que pretende estabelecer referências a uma realidade externa ao texto, vinculada à pessoa física e real do autor, e ao passado desta pessoa, pertence ao discurso pragmático, e não ao ficcional. Por conseguinte, é alvo das mesmas objeções que se direcionam também à historiografia, às ciências naturais e a qualquer descrição do mundo que requeira "verdade".

Desde que Nietzsche formulou sua crítica enfática de que a verdade não é mais do que "um exército volátil de metáforas, metonímias e antropomorfismos", cujo teor ilusório apenas foi esquecido (NIETZSCHE, 1999, p. 880), os filósofos têm por repetidas vezes concluído que não se pode sustentar um conceito de linguagem correspondente a uma realidade – na verdade, uma correspondência entre afirmações e fatos. Tais conclusões têm sido ratificadas tanto pela Lingüística quanto pelas neurociências. As correntes dominantes da epistemologia consideram que a realidade

em si não é acessível à nossa consciência e que os signos convencionais da linguagem não podem referir-se a coisas do mundo exterior. Não é possível, contudo, decidir se uma proposição corresponde a uma realidade externa, como afirma a formulação cautelosa e principalmente “realista” de Jürgen Habermas:

A suposição ontológica de um primado genético da natureza nos obriga também à suposição, de orientação realista, de um mundo objetivo e independente da mente. No entanto, dentro do âmbito do paradigma lingüístico, não é possível sustentar a forma clássica de um realismo que se fundamente no modelo representativo da compreensão e da correspondência de frases e fatos. (HABERMAS, 1999, p. 17-18; todas citações de obras não escritas em português são traduções minhas).

O fato de as posições anti-realistas serem fundamentalmente antiintuitivas, todavia, instigou a busca de formas “menos clássicas” para defender uma realidade independente do nosso pensamento e também a possibilidade de se fazerem afirmações corretas ou falsas sobre esta mesma realidade. A proposta de Habermas consiste na pragmática universal de uma comunidade de falantes equiparados, e nela percebemos a tendência de se aproximar de uma verdade consensuada, que assim o é, por ser razoável. Parte, contudo, de um pressuposto idealista e apresenta, por isso, uma solução pouco satisfatória. Particularmente, todavia, foi a filosofia analítica de pensadores como Hilary Putnam, Thomas Nagel, Michael Devitt e Donald Davidson que formulou argumentos em favor de formas de realismo mais ou menos fortes<sup>1</sup>. Um modelo ambicioso foi apresentado por Robert Brandom (BRANDOM, 1994); no livro *Making it Explicit*, ele desenvolve uma teoria abrangente e detalhada, tanto da cognição humana quanto do funcionamento e da evolução da linguagem, conseguindo, aparentemente, reconciliar uma realidade externa com a teoria da linguagem de índole pragmatista. Os dois pilares de seu modelo são a semântica inferencial e a pragmática normativa. O conteúdo semântico de uma afirmação resulta da rede de inferências que esta implica: para fazer uma proposição e compreendê-la, como por exemplo “a terra é um planeta”, devem-se

conhecer as outras proposições aí implicadas (é redonda, movimentada, sólida etc.) e as não-implicadas (é plana, estável, autoluminosa etc). Estas inferências materiais (não-lógicas) instalam-se pela prática comunicativa social e pela percepção de seus participantes. A formação pragmática dos conceitos resulta no uso de uma série de frases que descrevem uma realidade perceptível como “esta bola é redonda”, “esta ervilha é redonda”, “esta pedra não é redonda” etc. Nesta pragmática, estabelecem-se normas que não dependem de um sistema transcendente, mas da virtual contagem de proposições legítimas e ilegítimas que cada participante mantém em sua memória sobre si mesmo e sobre os outros (“deontic scorekeeping”). A correspondência entre os elementos no mundo e as afirmações feitas é realizada através das expressões singulares; de elementos como nomes, pronomes demonstrativos; e de elementos dêiticos, que estabelecem uma estrutura referencial. Sem esta correspondência, a evolução de uma linguagem (onto- e filogeneticamente) não seria possível. Importante ainda é considerar que a diferença entre as modalidades *de re* e *de dicto* implica uma condição do pensamento e da expressividade que permite que se atribua uma afirmação ou à coisa (o sujeito da proposição) ou ao falante (o sujeito que profere a frase). Sabemos distinguir se as proposições feitas por um falante (ex. “O próximo presidente será um barbudo”) correspondem ou ao que atribuímos ao sujeito da frase (a própria pessoa que provavelmente será eleita; *de re*), ou ao conteúdo da frase (em respeito ao indivíduo que ocupará o cargo; *de dicto*), mas, implicitamente, atribuímos frases deste tipo à pessoa à qual o falante se refere (*de re*). Isto é, evidentemente, uma redução extrema e injusta da teoria de Brandom<sup>2</sup>. Por outro lado, será suficiente, para nossos fins, aceitar a existência de uma teoria complexa e coerente, que sustenta a continuidade de conceitos da realidade e do uso da linguagem de acordo com o senso comum para manter a diferença entre o discurso pragmático, referencial ou – nos termos *Diction et fiction* de Gérard Genette – “factual” por um lado, e um discurso ficcional, particularmente na literatura, por outro (GENETTE, 1991).

Em seguida, podemos considerar, pelo menos heurísticamente, que uma frase como “Resolvo-me a contar, depois de muita hesitação, casos passados há dez anos [...]” refere-se a “casos” ocorridos na vida real do autor das *Memórias do cárcere* (de 1934 a 1937: governo de Getúlio Vargas e aos acontecimentos nas prisões de Recife, da Ilha Grande e do Rio de Janeiro), e não a uma personagem imaginada, como o Paulo Honório, de *São Bernardo*. Como muitos outros autobiógrafos do século XX, que passaram por vivências semelhantes, Graciliano Ramos optou por uma representação não-ficcionalizada, apesar de sentir-se afligido pela “idéia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil” (RAMOS, 2002, p. 33). Esta opção de um escritor tão experimentado na configuração de ficções realistas sobre o Brasil contemporâneo não pode ser simplesmente negligenciada por nós, que nos ocupamos com a análise de obras literárias.

#### SUJEITO

Outra instância colocada em questão no século XX é a do sujeito, consciente de si, em posse de uma memória íntegra de sua vida e capaz de abarcar seus elementos divergentes numa narração. Já o primeiro observador atento à sua própria consciência, Michel de Montaigne, havia constatado que seu objeto não se deixava fixar, que “oscilava e vacilava numa embriaguez natural” (MONTAIGNE, 1965, p. 7). Esta inconstância dos conteúdos do pensamento impossibilita, aparentemente, a idéia de uma “substância” do eu que se mantém fiel a si mesma através do tempo. No fim do século XIX, pensadores como Ernst Mach radicalizaram esta descoberta na divisa que “o eu não seja salvável” e exerceram com isto influência nos autores da vanguarda que, conseqüentemente, perseguindo a dissolução científica da suposta substancialização ilusória do pronome da primeira pessoa do

singular, teceram verdadeiros experimentos com a narrativa do fluxo da consciência, construindo desta forma protagonistas movidos por impulsos inconscientes e “sem propriedades” individuais. Isto, porém, não acontece na mesma proporção no campo da autobiografia; pois mesmo narradores vanguardistas, como Arthur Schnitzler e Alfred Döblin, voltam ao paradigma do sujeito homogêneo, quando escrevem seus textos autobiográficos (GALLE, 2003). Podemos aqui, talvez, acrescentar o que Antonio Candido observou sobre o desenvolvimento de Graciliano Ramos, que, aproximando-se cada vez mais do depoimento puro, abandonou estratégias como o monólogo interior e a elaboração de diálogos e cenas (CANDIDO, 1992, p. 88). O fato de esses autores não introduzirem as dissoluções experimentais do sujeito na narração autobiográfica não apresenta necessariamente ingenuidade anacrônica. Notam-se, nos textos, os problemas de recuperação de memórias, as incertezas e a distância cética do narrador frente a seu passado, gerando uma complexidade que difere tanto da literária quanto daquela experimental das vanguardas, já que se trata aqui de uma complexidade que deixa intacto o sujeito da enunciação para desdobrar uma subjetividade multiface e diacrônica. No estudo da subjetividade moderna que o crítico Peter Bürger dedicou à literatura francesa, ele chega à conclusão de que ainda os autores que proclamaram a “morte do sujeito”, como André Breton, Jean-Paul Sartre, Maurice Blanchot e Roland Barthes, não abandonam o que ele denomina o “campo da subjetividade moderna”, delimitada, já no momento da sua formação, pelos pólos do Eu corporal (Montaigne), Eu racional (Descartes) e Eu angustiado (Pascal).

É também exatamente o desaparecimento do sujeito, muitas vezes entendido como sinal de uma ruptura epocal, que poderia ser decifrado como uma posição que tem seu lugar dentro, e não fora do campo da subjetividade. Assim como a auto-afirmação (Selbstsetzung), também o desaparecimento pertence ao movimento deste campo e não pode ser lido, portanto, como presságio de um futuro ameaçador ou como indício da esperança por uma existência por fim liberada. (BÜRGER, 2001, p. 243)<sup>3</sup>

A fim de resolver o dilema teórico da identidade substancialmente impossível do sujeito que escreve com aquele que se lembra e com o terceiro, que atuou no passado, Paul Ricoeur propôs uma distinção analítica que se revelou útil na reflexão sobre esta relação. A identidade pode ser pensada, segundo ele, primeiro como identidade *idem* (o mesmo) e, segundo, como identidade *ipse* (de si). A “mesmeidade-*idem*”<sup>4</sup> (em inglês: “sameness”) estabelece uma relação numérica: as coisas em questão não são duas, mas apenas uma (RICOEUR, 1997, p. 116). Esta identidade espacial e temporal pode, no caso do homem, ser associada ao código genético, uma vez que este se mantém inalterado, enquanto a própria continuidade do corpo, desde o nascimento até a morte, está sujeita a alterações flagrantes. Seja como for, é inegável que este corpo com sua carga genética é um, e não dois, ou ainda inúmeros outros.

A “ipseidade” (inglês: “*selfhood*”) inclui duas maneiras de pensarmos nossa permanência no tempo: o caráter e a fidelidade à palavra dada. O caráter é um conjunto de disposições relativamente constantes, hábitos e identificações com valores, normas, ideais, modelos etc. Não se trata, todavia, em primeiro lugar, de elementos inatos (que também existem no nível das disposições), mas sim de elementos adquiridos e assimilados na socialização – o caráter não é uma essência *a priori*, mas resulta da incorporação do Outro, do não-idêntico, e o caráter em si tem sua história, a qual relativiza sua constância para uma seqüência de aquisição de certos traços e amenização de outros<sup>5</sup>.

Mais importante ainda na concepção da ipseidade de Ricoeur é a constância de si mesmo e a fidelidade à palavra (dada ao outro), as quais ele relaciona com conceitos de Heidegger, como a “*Selbst-Ständigkeit*” (“self constancy”) e a “*vorweg-neh-mende Entschlossenheit*” (“anticipatory resoluteness”) face à morte. Sendo este aspecto da identidade-ipseidade uma disposição ética, a ser reafirmada a cada momento, ela nada tem de substância imutável, e deve garantir, ainda assim, a integração virtual de todos

os estados mentais, emocionais e de todos os atos práticos no percurso da vida. Esta integração permanece, tanto na autobiografia escrita como na vida de cada um, um projeto mais ou menos logrado, porém sempre reivindicado pela sociedade e pelo próprio sujeito.

Pensando na autobiografia, a identidade *idem* da pessoa física do autor e também a constância ética da identidade *ipse* do sujeito (da enunciação) é que simultaneamente se empenham em criar uma coerência no caos das ocorrências da vida. Para lograr esta coerência, ou seja, a unidade dos elementos discrepantes e de traços contraditórios, não resta ao sujeito outro recurso senão a narração. Já nos primórdios, a narração servia como recurso central para ordenar um determinado material encoberto pelo véu do tempo, e desde a época histórica em que foram dissolvidos os moldes do Antigo Regime, impondo desta forma ao indivíduo a necessidade de organizar sua biografia de maneira mais específica, isto é, desde que o sujeito se viu livre para buscar seu próprio caminho – uma liberdade propiciada pela dinâmica das estruturas sociais – a narração tem servido particularmente para integrar os episódios dispersos e os contingentes contidos na formação de uma vida.

A partir da segunda metade do século XVIII, nas palavras de Charles Taylor, “fica mais difícil, emprestar a história [da vida] pré-fabricada dos exemplos canônicos e arquétipos. A história deve ser tirada dos acontecimentos específicos e circunstâncias da vida” (TAYLOR, 1999, p. 511). A formação da história de vida, ainda segundo Taylor, tem dois lados. É, por um lado, a cadeia de fatos externos que se acumulam e representam como suma das causas o resultado da vida no momento atual. Por outro lado, cada acontecimento já é vivido com um sentido latente, quase “para ser contado”, na projeção desta vida que ainda está por revelar-se completamente. A unidade da narração autobiográfica, conseqüentemente, não é dada, mas constantemente “construída” pelo sujeito por meio dos acontecimentos vividos e lembrados. Esta unidade

construída e, por outro lado, precária, não é fútil nem ilusória, pois é exatamente desta forma que a integridade ética do sujeito pode ser alcançada.

#### VIDA

Pierre Bourdieu, um dos críticos mais influentes da adaptação científica do conceito da vida, formulou sua refutação da suposta “ilusão biográfica” da seguinte maneira:

Tentar compreender a vida como uma seqüência única e auto-suficiente de acontecimentos, desconsiderando-se os vínculos extra-sujeito, cuja constância consiste, sem dúvida, somente naquela do nome próprio, é quase tão absurdo como tentar explicar uma linha da metrô sem levar em conta a rede toda, ou seja, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações. (BOURDIEU, 1990, p. 80)

A questão da identidade que Bourdieu procura reduzir aqui a uma questão jurídica foi tratada já na passagem anterior. Pensar que a vida seja uma trajetória tão determinada como insinua a imagem do trilho metroviário, porém, tampouco é particularmente convincente e, evidentemente, Bourdieu não insiste na idéia de que a trajetória do sujeito resulte exclusivamente das forças externas num campo social em função da distribuição dos diversos tipos ocorrentes de “capital”. Esta posição parece ser ainda mais problemática, já que os sujeitos na sociedade moderna permanecem cada vez menos numa trajetória de um certo campo, mas sim transitam de uma a outra, sempre com experiências diversas que contribuem ativamente na mudança das estruturas. (NIETHAMMER, 1990, p. 92). Frente à ocupação intensa com a narração (auto)biográfica nas ciências sociais e históricas, na Psicologia e na Etnologia, tem-se ocupado, conseqüentemente, com a revisão do conceito cotidiano da vida. Em todas estas áreas, a escritura autobiográfica ocupa um lugar destacado, sendo este o gênero privilegiado no qual o sujeito articula desde um

determinado momento o “espaço das suas experiências” (passado) e o “horizonte das suas expectativas” (futuro) no seu entrelaçamento com a sociedade e a história<sup>6</sup>.

Uma das obras mais ambiciosas dos últimos anos é o livro *Strukturen der Lebenswelt (Estruturas do mundo da vida)*, iniciado por Alfred Schütz nos anos cinquenta e concluído por Thomas Luckmann em 2003. Desde o enfoque fenomenológico, Schütz e Luckmann tratam da reconstrução da totalidade do mundo experimentado pelo ser-humano no seu horizonte cotidiano. Relevante para nosso tema é, particularmente, sua análise da estrutura do tempo. Existe, para mim, por um lado, o tempo do mundo, no qual a duração das coisas transcende minhas percepções atuais, mas que está, de forma relativa, disponível por meio da memória e da expectativa. Da mesma forma, os pontos fixos da minha existência – nascimento e morte, que limitam minha vida –, transcendem meu alcance na memória interna: minha consciência a respeito deles dá-se apenas de forma silogística: todos nascem e morrem, por isso, eu também. A temporalidade subjetiva, diferente da temporalidade transcendente do mundo, é pontual, sem extensão: “a atual fase impressiva de uma experiência é nada mais que uma fase limítrofe entre as ‘retenções’ (*Retentionen*) continuadas e as ‘protensões’ (*Protentionen*), igualmente continuadas. Cada vivência atual leva necessariamente seu horizonte de passado e seu horizonte de futuro” (SCHÜTZ/ LUCKMANN, 2003, p. 90). Segundo Husserl, o conteúdo da consciência somente pode ser constituído da intenção de um objeto, mas não do próprio ato de intenção. Os atos só podem, conseqüentemente, ser objeto da minha atenção, quando me dirijo, num ato novo, ao ato anterior. Uma seqüência de fases intencionais pode ser presenciada através de um “conceito”, um significado que se adscreeve àquela seqüência. Desta forma, a memória subjetiva se constrói por meio de “interpretações” ou, melhor dizendo, adscrições de sentido a um conjunto de estados passados impressivos. Na tentativa ambiciosa de abranger partes inteiras da minha vida, eu resumo seqüências enormes de decursos diários a fim de refletir

sobre seu significado para a situação atual. Além de ser inserida no processo histórico transcendente, “a minha situação atual constitui-se da história das minhas experiências”(SCHÜTZ / LUCKMANN, 2003, p. 96).

Esta situação e a história são únicas e individuais e podem ser conhecidas e formuladas somente por mim, mesmo se esta articulação de minha história não for necessariamente congruente, em sua totalidade, com os fatos comprovados por registros externos. A memória não é um depósito que devolve dados gravados, como o disco rígido do computador. As percepções conscientes e inconscientes permanecem na memória de curta duração por poucas horas, e apenas as mais “úteis” são gravadas na memória de longo prazo. Cada ativação das redes neuronais, que evoca uma lembrança, é uma renovação que não segue exatamente o esquema da anterior (MARKOWITSCH, 2005).

Além das neurociências, também a Psicologia ocupa-se da memória autobiográfica – oral ou escrita – para compreender a formação de identidades de pessoas e de grupos sociais. Trata-se de uma função que, na sociedade (pós-) moderna, cumpre um papel ainda mais importante, não somente para artistas, intelectuais ou políticos, mas também para todas as pessoas que sofrem a fragmentação de sua vida na carreira profissional, na família e no público. Muito mais do que uma seqüência de fatos externos, trata-se de atos de interpretação que outorgam um sentido às contingências vivenciadas e às próprias decisões, sempre a partir do presente. As pesquisas de Jürgen Straub e outros representantes da “psicologia narrativa” enfatizam que as histórias de vida são configurações intencionais que, muitas vezes, ajustam o passado conforme as necessidades do momento e que estão constantemente num processo de alteração. Por repetidas vezes não é o sujeito que se dá conta da alteração de sua história, mas o pesquisador que pode comparar os registros feitos em diferentes momentos. Por outro lado, a narração da vida não é algo que pode ser construído arbitrariamente: os interlocutores do sujeito também guardam uma memória de suas afirmações anteriores, os

documentos e demais fatos externos estabelecem um esqueleto verificador<sup>7</sup> e, finalmente, a memória do próprio sujeito pode produzir lembranças inquietantes que não sejam condizentes com a versão atual de sua história. Desta maneira, trata-se, sim, de uma construção, mas de uma construção na qual interferem, constantemente, inúmeros fatores que, se não garantem, ao menos propiciam uma orientação ao mesmo tempo “realista” e útil, para que o sujeito mantenha o controle de suas experiências vitais e se reconheça em seus atos atuais e passados.

Vale mencionar, neste contexto, que os resultados da Psicologia e das neurociências coincidem no que se refere à memória episódica (o sistema mental que recorda um fato contextualizado no tempo e no espaço e que é considerado como desenvolvimento mais recente filo- e ontogeneticamente), a qual somente se desenvolve em conjunto com a capacidade de falar e com a formação da consciência de si mesmo, que por sua vez, é induzida pela comunicação com o outro, como por exemplo, as pessoas próximas ao bebê, que o tratam como sujeito consciente (MARKOWITSCH, 2005, p. 190). Antes dos três anos de idade, não podem surgir memórias conscientes, pois falta ainda o ponto de referência das coordenadas espaciais e temporais, ou seja, o do sujeito que se identifica consigo mesmo. A organização das lembranças episódicas em forma de uma narração de vida somente começa a partir do fim da juventude, como afirma p. ex. Harald Welzer (WELZER, 2005, p. 165). A formação e o funcionamento da memória individual estão indissolúvelmente entrelaçados com os interlocutores, e a memória deve ser considerada, conseqüentemente, como um fenômeno social, algo já proposto nos anos 30 por Maurice Halbwachs e que se converteu num campo de conhecimento nas décadas passadas, a saber, a memória coletiva (HALBWACHS, 1992; ASSMANN, 1997; NORA, 1998).

Na medida em que o processo histórico transforma os processos de vida, as biografias concretas da modernidade encontram-se em vias de dissolução, fato que torna cada vez mais

importante a narração autobiográfica para fins de assimilação das contingências vivenciadas. O filósofo Gernot Böhme (BÖHME, 1990) destaca que, desde a Antigüidade, o homem tem se afastado cada vez mais de uma vida que estava inserida em ciclos naturais e cósmicos para substituí-los por instituições que pré-configuram as etapas percorridas entre nascimento e morte. A forma da vida já não é concebida como ciclo, mas como evolução, seja ela sexual (Freud), cognitiva (Piaget), moral (Kohlberg) ou pessoal (Erikson). A evolução, por sua vez, não se desenlaça automaticamente, senão forçada ou estabilizada por instituições sociais. No mundo moderno, Böhme distingue duas modalidades oferecidas pela sociedade (BÖHME, 1990, p. 139): o tipo da “carreira”, esquema fixo com sua ascensão regularizada, que dá pouca liberdade, mas muita segurança para o sujeito; e o tipo da “biografia normal”, que prevê, estatisticamente, certas estações para pessoas de definidas condições de partida. A “biografia normal” define os traços gerais que uma pessoa num determinado lugar pode esperar num certo momento histórico: escola, formação profissional, trabalho, matrimônio, aposentadoria – ou: escola, trabalho ocasional, desemprego, marginalização. Estas formações sociais da vida individual, além de não abrigarem o sujeito em estruturas significativas como no mundo antigo, não proporcionam nenhuma proteção contra a irrupção da história, a qual marcou as biografias de milhões de pessoas no século XX, com perseguições, detenções, separação dos familiares, desterritorialização, mutilações físicas ou a morte violenta. A “vida mutilada” (Adorno) pode ser denunciada pela crítica social ou aceita num ato heróico de tipo existencialista, mas, em primeiro lugar, ela exige a assimilação pelo sujeito. Este processo, mais uma vez, pode ser realizado apenas através da narração autobiográfica, que busca a compreensão de como a contingência histórica se impôs sobre a trajetória do sujeito e como este mesmo sujeito realiza a continuação de sua vida. Um esquema básico e abstrato deste processo narrativo seria: a formação do sujeito, a crise sofrida, a assimilação da crise e a reconfiguração da identidade.

Se o sujeito realiza, com este esquema, uma narração que satisfaça tanto a função pragmática interativa quanto a consideração adequada do contexto histórico, depende, evidentemente, de seu nível intelectual e de sua competência literária. Escrituras autobiográficas de sobreviventes do holocausto, como os livros de Primo Levi, Jorge Semprun, Elie Wiesel, Ruth Klüger e muitos outros podem evidenciar o fato de que esta tarefa não resulta em textos “redondos” e conclusivos, mas sim em obras altamente reflexivas, experimentais e abertas. São, todavia, justamente estas tentativas de ampliar as modalidades da narração memorialista que desafiam o pesquisador a analisá-las.

#### AUTOBIOGRAFIA COMO FENÔMENO LITERÁRIO

Sabemos que a autobiografia é um gênero relativamente novo que evoluiu na época moderna, concomitantemente com o romance, com o qual está inter-relacionada até os dias de hoje. Diferente do romance que, mesmo relutantemente, foi integrado no cânone das formas literárias no século XVIII, a autobiografia foi considerada durante muito tempo um sub-gênero da historiografia e sofreu, de acordo com as valorizações de Aristóteles, o desprezo de críticos e historiadores da literatura, que a consideravam, geralmente, uma mera fonte de informações sobre a vida de um escritor e a constituição da sua obra. Esta resistência pode ser notada até os dias de hoje, apesar da existência de uma biblioteca de textos autobiográficos altamente inovadores, não só para o próprio discurso memorialista, mas também para o campo literário em geral. Mantém-se viva ainda a idéia aristotélica, de que o maior teor de verdade cabe à invenção poética, e não ao relato do historiador. Por outro lado, pode-se perceber que, nos debates centrais da atualidade, a autobiografia e o testemunho (sua filiação do século XX) tornaram-se uma pedra de toque para questionar categorias como ficcionalidade, representação e autenticidade<sup>8</sup>.

Uma tendência geral pode ser observada no fato de a crítica antiga ter se ocupado com o conteúdo das autobiografias, enquanto os pesquisadores recentes se concentram na constituição do texto, no estilo, na estrutura narrativa e no contexto da recepção. Enquanto Wilhelm Dilthey (DILTHEY, 1998) e Georg Misch (MISCH, 1949), os primeiros pensadores sistemáticos da autobiografia, enfatizaram a capacidade do texto autobiográfico de articular a totalidade e a unidade das experiências do indivíduo, possibilitando assim a compreensão do seu desenvolvimento; os teóricos posteriores ressaltaram mais fortemente a inconfiabilidade das memórias, a subjetividade da sua interpretação e a construção do relato inteiro. Para Georges Gusdorf, p. ex., a autobiografia não dá conta das etapas objetivas da trajetória, mas somente do esforço do seu autor, de “atribuir um sentido à sua lenda” (GUSDORF, 1998, p. 147). Em seu artigo “O estilo da autobiografia”, Jean Starobinski (STAROBINSKI, 1998) desloca a ênfase para o ato da escritura: é o sujeito da enunciação e a maneira através da qual se apresenta a narração que confere à história contada o seu significado. Nesta perspectiva, são as estruturas textuais que merecem maior atenção, como o uso dos tempos verbais, a estrutura comunicativa implícita e os meios que distinguem o eu-narrador do eu-protagonista.

Foi Philippe Lejeune que, em 1975, iniciou a virada pragmática na teoria autobiográfica (LEJEUNE, 1994), a qual, junto com a crítica deconstrutivista, continua como referência de estudos. A idéia central de Lejeune consiste em considerar o contexto da recepção e colocar a análise do texto em si num segundo plano. É o horizonte de expectativas em vigor, por consenso de uma certa comunidade num dado momento histórico, que define as modalidades de um texto, ou seja, se um texto pode ser considerado autobiográfico ou ficcional. Ciente destas modalidades, autor e editor configuram o texto, o livro e seu paratexto de tal maneira que o leitor culto possa lê-lo deste modo: ele aceita o “pacto autobiográfico”, oferecido pelo autor (Fig. 1). De uma leitura em conformidade com o pacto proposto resulta uma inter-

pretação referencial dos pronomes intratextuais: o autor, por sua identidade com o narrador e com o protagonista, assume a responsabilidade pelos atos de fala do narrador e pelas afirmações feitas sobre o protagonista (Fig. 2). Este passo permite que o texto autobiográfico, em vez de apenas pretender ser, seja realmente uma “cópia fiel da realidade”, ou ainda uma mera imaginação sem referente, se insira na comunicação sobre a realidade entre autores e leitores autônomos e inteligentes. O leitor, e vale lembrar aqui a teoria de Brandom acerca da comunicação, avalia o teor de cada frase segundo sua coerência com as outras afirmações feitas pelo autor, segundo sua compatibilidade com os dados (potencialmente) disponíveis sobre o autor e as situações contadas. O mesmo se aplica às frases que se referem a acontecimentos mentais (pensamentos, sentimentos, intenções) contados na narração: mesmo que o leitor não possa verificá-los por falta de documentação externa, a configuração geral do relato e sua integração mais ou menos lograda na realidade conhecida pelo leitor permitem um juízo fundamentado, ainda que não “garantido” quanto à sua veracidade.

O enfoque de Lejeune permitiu, por um lado, distinguir autobiografia e romance nas suas manifestações mais “puras” (digamos: os livros de Pedro Nava e os de Jorge Amado). Por outro lado, os elementos intra- e extratextuais que condicionam o tipo de “pacto” estabelecem um quadro de casos limítrofes e ambíguos, mesmo que para Lejeune a preponderância de critérios (tipo de pacto, identidade ou não-identidade onomástica de autor e narrador) indiquem uma categoria exata: a ficção (Fig. 1: 1a, 1b, 2a) ou autobiografia (2b, 3b, 3c). Para ele, em 1975, certas modalidades eram impossíveis e outras indeterminadas. Seu modelo foi adaptado, modificado e ampliado por Gérard Genette (Genette 1992). O grande teórico da narração abandonou a questão da pessoa (1a, 2a, 3a), que para Lejeune era um indicador importante, e sistematizou as equações entre as instâncias *autor – narrador – personagem* (Fig. 3) com certas ressalvas: entre autor e protagonista existe uma identidade jurídica; entre autor e

narrador, uma relação de responsabilidade ética; e entre protagonista e narrador, a identidade da referência do pronome. Ademais, Genette constatou que certos casos de ficção podem incluir o nome do autor como narrador e protagonista (Dante, Borges, Doubrovski) sem que se estabeleça uma verdadeira identidade entre o autor físico e a personagem da narração: o autor pode esperar que seus leitores percebam, pelas circunstâncias do relato, a incongruência de autor e protagonista ou, como no caso de Doubrovski, o autor afirma apresentar, mediante elementos paratextuais, acontecimentos imaginados como acontecimentos reais. Vale mencionar, aliás, que este ato literário de Doubrovski foi induzido pela vontade de contradizer o modelo de Lejeune e sua caixa vazia em 3a (*Fig. 1*: autor = narrador + pacto ficcional). A discussão dos conceitos de Lejeune está integrada a uma análise abrangente, através da qual Genette define os elementos que determinam a diferença entre narração ficcional e factual e também traços compartilhados pelas duas grandes subdivisões da literatura, que ele reúne sob o termo “dicção” (*diction*). Autobiografia e romance, ainda que seus estatutos frente à realidade sejam diferentes, obedecem às mesmas regras de formação textual e narrativa. *Diction*, ou como outros preferem, “literaricidade”, não coincide com “ficção”.

Entretanto, estas sistematizações, tanto a de Lejeune quanto a de Genette, não fazem jus a um grande número de textos que geralmente são considerados “romances autobiográficos”, cuja ambigüidade reside no fato de o autor negar o pacto referencial e, não obstante, haver semelhanças entre a história e os fatos da sua vida. Num estudo recente sobre esse grupo, Philippe Gasparini (GASPARINI, 2004) acrescentou mais um critério à nomenclatura: – a verossimilhança (*Fig. 4*). Enquanto para Lejeune o romance autobiográfico é sempre romance e, portanto, ficcional, Gasparini dirige a atenção para o fenômeno de que o teor autobiográfico é, em muitos casos, algo mais que um resto de factualidade que não foi suficientemente assimilada e convertida em ficção. Ao contrário, ele vislumbra, nos diversos índices autobiográficos do romance, um jogo intencionado, semelhante às escondidas

infantis: o jogo admite uma outra subjetividade, diferente da subjetividade “oficial” que o autor assume e desmente ao mesmo tempo. Frente ao público, ele pode expor um lado oculto para que seja reconhecido sem obrigação de responsabilizar-se. Podemos nos abster aqui das implicações psicanalíticas que este jogo tem para Gasparini. O que me parece importante em sua proposta é a reabilitação do gênero limítrofe e uma abordagem deste campo que ainda merece mais atenção e estudos empíricos, dado que a recepção cognitiva do romance autobiográfico obedece possivelmente a mecanismos semelhantes da autobiografia<sup>10</sup>.

#### TENDÊNCIAS DA LITERATURA AUTOBIOGRÁFICA CONTEMPORÂNEA

O gênero autobiográfico (esta trivialidade deve ser ressaltada novamente) está submetido à história e está em constante transformação. Embora a base antropológica e a narração simples e cronológica da vida externa possam apresentar traços típicos, o horizonte de expectativas que define a autobiografia dentro de uma sociedade mantém-se em movimento e os autores mais ambiciosos ampliam constantemente este horizonte, buscando novas maneiras para abordar o tema da própria vida.

Gostaria de terminar este breve esboço de teorias inovadoras fazendo referência à conjuntura em que o gênero autobiográfico vive atualmente. Não me refiro ao desfile de textos autobiográficos de escritores importantes desde os anos 60 até hoje, o que praticamente iniciou uma nova vertente literária (SCHEITLER, 1970) capaz de ofuscar a própria produção ficcional e que incorpora e transcende, na sua textualidade, as referidas dúvidas teóricas sobre a representação, o sujeito e a vida: obras como *Kindheitsmuster*, de Christa Wolf; *Montauk*, de Max Frisch; e o ciclo autobiográfico de Thomas Bernhard<sup>11</sup>, são alguns exemplos alemães da introdução de novas técnicas narrativas para lidar com as dúvidas centrais deste gênero. Não me refiro à confecção

quase industrial de livros sobre as estrelas do mundo *pop*, fabricados geralmente quase sem nenhuma colaboração dos supostos “autores”, embora este fenômeno indique um enorme desejo do leitor por histórias “autênticas” atrás da aparência virtual nas mídias, não me parecendo adequado, desta forma, adotar uma atitude de desprezo ou de desinteresse frente a este indicador.

O que se nota na Europa e, em particular, na Alemanha, é a crescente tendência de se publicarem memórias de pessoas “comuns”, que participaram de momentos históricos (e catastróficos) e que, antes de morrer, desejam relatar suas vidas. Para lidar com este movimento maciço, surgiram até mesmo agências especializadas em colher os depoimentos destas pessoas, na maioria das vezes já muito idosas e debilitadas, e em transferi-las para relato escrito, com a coerência cronológica que o cliente desejar. Uma vez concluído o trabalho, apresentam-no ao entrevistado e aperfeiçoam-no até o momento de sua plena concordância. Não se trata de uma forma de terapia, já que estas pessoas poderiam viver sem problemas com suas lembranças e morrer sem tê-las documentado. Tampouco pode-se encarar isto como sintoma de um narcisismo exagerado, pois trata-se aqui exatamente de uma geração que não cresceu nas condições sociais que hoje permitem um tal sintoma. Uma explicação mais adequada pode ser encontrada na teoria da memória cultural, elaborada por Jan e Aleida Assmann na esteira de Maurice Halbwachs. As vidas destas pessoas estão vinculadas aos momentos mais incisivos da história europeia: a 2ª Guerra Mundial e o holocausto. Embora os dados históricos sobre esta fase tenham sido documentados e interpretados mais exaustivamente do que sobre qualquer outro acontecimento, é somente a memória individual que pode revelar a dimensão da experiência do sujeito que participou do evento. Como as pessoas que testemunharam diretamente os acontecimentos já não têm muito tempo de vida, sua memória, para não ser extinguida, deve ser transferida para um meio mais estável que o cérebro, pois até este momento, suas lembranças circularam na comunicação social, estarão na memória dos filhos e netos por algum

tempo, mas se perderão na geração seguinte.<sup>12</sup> Trata-se de um verdadeiro movimento coletivo, não-institucionalizado, porém alimentado e estimulado pela reação do público. Neste processo, transferem-se as experiências vitais e catastróficas de uma geração de perpetradores, vítimas e “observadores indiferentes” da volátil e limitada memória comunicativa para o nível mais estável da memória cultural. Um dos empreendimentos literários muito impressionantes e aclamados dos últimos anos foi a obra *Echolot (Ecossondagem)*, um “diário coletivo” do romancista Walter Kempowski (KEMPOWSKI 2004). Durante décadas, este autor colecionou cartas, diários e depoimentos íntimos de alemães, judeus, russos, franceses e de todos os outros povos envolvidos na Segunda Guerra, e reuniu em publicações oficiais seu material, ordenando os acontecimentos de cada dia, compondo assim um trabalho detalhado que pode ser comparado a um concerto de milhares de vozes. Não cabe aqui entrar numa análise detalhada desta obra que, inclusive, carece, no tocante à maioria dos textos, da perspectiva *a posteriori* tão característica da escritura autobiográfica. Mas tanto o sucesso de público dos dez pesados volumes quanto o alto prestígio que gozaram por parte da crítica, marcam a relevância de cada uma dessas experiências individuais para a composição de uma imagem que se ajuste mais adequadamente ao que foi a catástrofe da Segunda Guerra. Apesar de este “arquivo organizado” não poder ser considerado completo ou conclusivo, foi o que atingiu, até o presente momento, um nível de representação múltipla de verdades subjetivas ainda não atingido por nenhuma obra ficcional.

Fig. 1: Lejeune, 1975, p. 28

Nom du personnage Pacte ↓	→ ≠ nom de l'auteur	= 0	= nom de l'auteur
romanesque	1a Roman	2a Roman	3a
= 0	1b Roman	2b Indéterminé	3b Autbio.
autobiographique	1c	2c Autbio.	3c Autbio.

Fig. 2: Lejeune, 1975, p. 18

personne grammaticale →	JE	TU	IL
identité ↓			
narrateur = personnage principal	autobiographique classique [autodiégétique]	autobiographie à la 2 <sup>e</sup> pers.	autobiographie à la 3 <sup>e</sup> pers.
narrateur ≠ personnage principal	biographie à la 1 <sup>re</sup> pers. (récit de témoin) [homodiégétique]	biographie adressée au modèle	biographie classique [hétérodiégétique]

Fig. 3: (segundo Genette, 1991):

1. *Autobiografia / Testemunho*

autor  
=  
narrador = personagem

2. *Biografia histórica*

autor  
=  
narrador ≠ personagem

3. *Ficção homodiegética*

autor  
≠  
narrador = personagem

4. *Autobiografia heterodiegética*

autor  
≠  
narrador ≠ personagem

5. *Ficção heterodiegética*

autor  
≠  
narrador ≠ personagem

Fig. 4 : Gasparini, 2004, p. 27

	Identité onomastique auteur-héros	Autres opérateurs d'identification	Identité contractuelle ou fictionnelle (vraisemblance)
Autobiographie (Confessions)	nécessaire	nécessaires	contractuelle
Autobiographie fictive (La vie de Marianne)	disjonction	disjonction	disjonction
Autofiction (d'après Kosinski)	facultative	nécessaires	fictionnelle
Roman autobiographique (René)	facultative (souvent partielle, parfois complète)	nécessaires	ambiguë (indices contradictoires)

ABSTRACT: This article tries to sketch different scientific contributions which allow us to understand the autobiographical phenomenon from beyond the doubts which arose in the twentieth century and question the fundamental concepts of autobiographical writing such as linguistic representation, the autonomous subject, the concept of whole life. These contributions include new theories on language, the life-world ("Lebenswelt"), narrative psychology and literary criticism. While the life story as such is considered to be a basic and universal function whose importance is felt stronger ever since modernity began, literary autobiography changes in reaction to the philosophy of the epoch and responds to the actual doubts by using new narrative techniques.

KEYWORDS: Autobiography, Pragmatism, Theory of literary reception, Representation, Subject

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEL, Günter. *Zeichen der Wirklichkeit*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 2004.
- ASSMANN, Jan. *Das kulturelle Gedächtnis. Schrift, Erinnerung und politische Identität in frühen Hochkulturen*. München: Beck, 1997.
- BÖHME, Gernot. *Lebensgestalt und Zeitgeschichte*. In: BIOS 3 H. 2 (1990): 135-151.
- BOURDIEU, Pierre. Die biographische Illusion. In: *BIOS. Zeitschrift für Biographie-for-schung und Oral History* 3 (1990): 75-82.
- BRANDOM, Robert B. *Expressive Vernunft. Begründung, Repräsentation und diskursive Festlegung*. Darmstadt: WBG, 2000. [Making it Explicit. Reasoning, Representing, and Discursive Commitment. Harvard: University Press, 1994]

- BÜRGER, Peter/BÜRGER, Christa. *Das Verschwinden des Subjekts. Das Denken des Lebens. Fragmente einer Geschichte der Subjektivität*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- COHN, Dorrit. *The Distinction of Fiction*. Baltimore, London: Johns Hopkins Press, 1999.
- DEMMERLING, Christoph. *Sinn, Bedeutung, Verstehen. Untersuchungen zu Sprachphilo-sophie und Hermeneutik*. Paderborn: Mentis, 2002.
- DILTHEY, Wilhelm. Das Erleben und die Selbstbiographie. In: NIGGL, Günter (org.). *Die Autobiographie. Zur Form und Geschichte einer literarischen Gattung*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchge-sellschaft, 1998. 21-32.
- FRIEDLANDER, Saul (org.). *Probing the Limits of Representation, Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- GALLE, Helmut. Metropolis revisited: Großstadtdiskurs und die Autobiographien der 40er Jahre: G. Benn, A. Döblin, H. Mann, St. Zweig. In: Beil, Ulrich, et al. *Blickwechsel. Akten des XI. Lateinamerikanischen Germanistenkongresses*. Vol.2. São Paulo, Paraty, Petrópolis: Edusp, 2003. 387-95. 3 vols.
- GASPARINI, Philippe. *Est-il je? Roman autobiographique et autofiction*. Paris: Seuil, 2004.
- GENETTE, Gérard. *Fiction et diction*. Paris: Éditions du Seuil, 1991.
- GUSDORF, Georges. Voraussetzungen und Grenzen der Autobiographie. In: NIGGL, Günter (org.): *Die Autobiographie. Zur Form und Geschichte einer literarischen Gattung*. Darmstadt: WBG, 1998. 121-147. (Conditions et limites de l'autobiographie, 1956)
- HABERMAS, Jürgen. *Wahrheit und Rechtfertigung. Philosophische Aufsätze*. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *On Collective Memory*. Chicago: University Press, 1992.

- KEMPOWSKI, Walter. *Das Echolot. Kollektives Tagebuch*. München: Albrecht Knaus, 1993 - 2005.
- KNELL, Sebastian. *Propositionaler Gehalt und diskursive Kontoführung. Eine Untersuchung zur Begründung der Sprachabhängigkeit intentionaler Zustände bei Bran-dom*. Berlin, New York: de Gruyter 2004.
- KOSELLECK, Reinhard. 'Erfahrungsraum' und 'Erwartungshorizont' – zwei historische Kategorien. In: Koselleck, R.: *Vergangene Zukunft. Zur Semantik geschichtlicher Zeiten*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1979. 349-375.
- LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris : Seuil, 1975.
- MARKOWITSCH, Hans J. Autobiographisches Gedächtnis aus neurowissenschaftlicher Sicht. In: *BIOS* 15, H. 2 (2005) 187- 201.
- \_\_\_\_\_. *Dem Gedächtnis auf der Spur: Vom Erinnern und Vergessen*. Darmstadt: WBG, 2002.
- MISCH, Georg. *Geschichte der Autobiographie*. 3. stark vermehrte Auflage ed. Vol. 1,1. 4 vols. Frankfurt a. M.: Schulte-Bulmke, 1949.
- MONTAIGNE, Michel de. *Essais*. Michel, Pierre ed. Vol. III. 3 vols. Paris: Gallimard, 1965.
- NIETHAMMER, Lutz. Kommentar zu Bourdieu: Die biographische Illusion. *BIOS. Zeitschrift für Biographieforschung und Oral History* 3, 1 (1990): 91-93.
- NIETZSCHE, Friedrich. Ueber Wahrheit und Lüge im aussermoralischen Sinn (1873). In: *Friedrich Nietzsche: Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe in 15 Bänden*. Vol. 1. München: dtv/de Gruyter: 1999, 873-90.
- NORA, Pierre. *Zwischen Geschichte und Gedächtnis*. Frankfurt a.M.: Fischer, 1998.
- RAMOS, Graciliano. *Memórias do cárcere*. 2 Volumes. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2002. [1953]
- RENN, Joachim / STRAUB, Jürgen. Transitorische Identität. Der Prozesscharakter mo-der-ner personaler Selbstverhältnisse. In: Renn, Joachim / Straub, Jürgen (Hg.): *Tran-si-torische Identität. Der*

- Prozesscharakter des modernen Selbst*. Frankfurt: New York: Campus, 2002. 10-21.
- RICOEUR, Paul. *Soi-même comme un autre*. Paris: Seuil, 1990.
- SCHEITLER, Irmgard. Autobiographie. In: Scheitler, Irmgard. *Deutschsprachige Gegen-warts-literatur seit 1970*. Tübingen, Basel: Francke, 1970. 149-66.
- SCHÜTZ, Alfred / LUCKMANN, Thomas: *Strukturen der Lebenswelt*. Konstanz: UVK, 2003.
- STAROBINSKI, Jean. Der Stil der Autobiographie. In: NIGGL, Günter (org.): *Die Autobiographie. Zur Form und Geschichte einer literarischen Gattung*. Darmstadt : WBG, 2<sup>1</sup>998. 200-213. (Le style de l'autobiographie. In: *L'œil vivant II: la relation critique*. Paris, 1970).
- STRAUB, Jürgen. Zeit, Erzählung, Interpretation. In: RÖCKELEIN, Hedwig (org.): *Biographie als Geschichte*. Tübingen: edition Diskord, 1993. 143-183.
- TAYLOR, Charles. *Quellen des Selbst. Die Entstehung der neuzeitlichen Identität*. Sources of the Self. Trans. Schulte, Joachim. Frankfurt a. M.: Suhrkamp, 1999.
- The Oxford Book of Memory*. Oxford: University Press, 2000. (Aqui uma série de artigos atuais de psicólogos e neurólogos sobre vários aspectos da função da memória.)
- WELZER, Harald. *Das kommunikative Gedächtnis. Eine Theorie der Erinnerung*. München: Beck, 2001.
- WELZER, Harald. Die Entwicklung des autobiographischen Gedächtnisses. In: *BIOS* 15, H. 2 (2005) 163-186.
- WILLASCHEK, Marcus (Hg.). *Realismus*. Paderborn, München, Wien, Zürich: Schöningh, 2000.
- WILLASCHEK, Marcus. Realismus – die vermittelte Unmittelbarkeit unseres Zugangs zur Welt. In: *Wirklichkeit! Wege in die Realität. Merkur* 677/ 678 (2005) 762-772.

## NOTAS

<sup>1</sup> Entre outros Devitt, Davidson, Putnam e Nagel; cf. Willaschek, 2000; Willaschek, 2005 e Abel, 2004.

<sup>2</sup> Uma avaliação crítica de Brandom em Habermas, 1999, Demmerling 2002, p. 126-160 e Knell, 2004. Veja também o artigo do autor sobre as “conseqüências” da teoria de Brandom para o testemunho (no prelo, *Revista Itinerários*).

<sup>3</sup> “Gerade auch das Verschwinden des Subjekts, das häufig als Zeichen des Epochenbruchs verstanden wird, ließ sich als eine Position entziffern, die im Feld der Subjektivität ihren Ort hat, nicht außerhalb. Wie die Selbstsetzung gehört auch das Verschwinden des Subjekts zu dessen Bewegung und kann daher weder als Menetekel einer drohenden Zukunft noch als Anzeichen der Hoffnung auf ein endlich befreites Dasein gelesen werden.” (243)

<sup>4</sup> Os termos portugueses e sua aplicação na Infância Berlinense encontram-se no livro de Jeanne-Marie Gagnebin, 1999, p. 76.

<sup>5</sup> Para Peter Bürger, a auto-determinação do sujeito pode prescindir completamente de um Tu. Cf. Bürger, 2001, p. 228. Uma identidade do sujeito que, na modernidade, adquire um caráter de processo cf. Renn / Straub 2002.

<sup>6</sup> Sobre os conceitos “Erfahrungsraum” e “Erwartungshorizont”, cf. Koselleck 1979.

<sup>7</sup> Isto ficou evidente no caso das “memórias” falsificadas do “sobrevivente” Benjamin Wilkomirski.

<sup>8</sup> Cf. “Autobiography as Defacement” de Paul de Man, os vários livros de Derrida e a tentativa de Barthes de desmentir o projeto auto-biográfico por meio do seu ensaio RB par RB. Ou a antologia de artigos sobre “Os limites da representação” de Saul Friedlander, 1992.

<sup>9</sup> Seja lícito mencionar aqui também o livro de Dorrit Cohn que expõe em uma série de pesquisas as qualidades internas da “feitura” do texto que permitem distinguir entre narração ficcional e factual. Cohn, 2000.

<sup>10</sup> Pedra de toque seriam novamente os testemunhos de sobreviventes: Os romances autobiográficos *Le grand voyage*, de Jorge Semprun, ou *Sem destino*, de Imre Kertész, com certeza indicam outro tipo de recepção

que uma obra explicitamente ficcional como *La vita è bella*, do cineasta R. Benigni.

<sup>11</sup> Foi recentemente publicado em tradução brasileira.

<sup>12</sup> Cf. também o fenômeno das autobiografias transgeracionais: H. Galle: Romance de família. *Autobio-grafias transgeracionais na Alemanha contemporânea. Atas do Simpósio internacional Escrever a vida*, São Paulo, 2005. (No prelo)